Artigo Original

TERAPIA COMUNITÁRIA COMO EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-GESTÃO

Francinete Alves de Oliveira Giffoni (1)
Gislene Farias de Oliveira (2)

Introdução

A Terapia Comunitária é uma modalidade terapêutica que trabalha com grupos de risco e pessoas que enfrentam estresse psicossocial. O objetivo terapêutico é prevenir situações de desagregação e exclusão, através do compartilhar de situações de dor e sofrimento. A TC busca estabelecer a complementaridade entre ciência, cultura e valores humanos. Na cidade de Fortaleza-CE ela teve início há cerca de 20 anos através de um Projeto de Extensão do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará - UFC, o *Projeto Quatro Varas* que, em parceria com a ONG Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária - MISMEC[1], ainda hoje desenvolve atividades de cunho médico-educativas. Com este projeto, a UFC envolve além de professores e alunos, membros da comunidade, curandeiros e artistas.

Na Comunidade Quatro Varas, a TC acontece às quintas-feiras, com duração de duas a três horas, contando, em média com a presença de setenta pessoas de diferentes idades, graus de escolaridade e classes sociais. As sessões são abertas e os participantes vêm do próprio bairro do Pirambu, de outros bairros de Fortaleza e cidades vizinhas. É também comum encontrar visitantes de outros estados e países. Geralmente alunos do curso de formação em Terapia Comunitária que vêm a Quatro Varas conhecer o Projeto ou pesquisadores sobre esta temática.

Através da freqüência sistemática o participante pode capacitar-se a dirigir as sessões da terapia. Esse processo de aprendizagem coletiva deu origem a um novo ator social, o terapeuta comunitário, e resultou na criação de um programa de capacitação que se tornou política pública, hoje implantada em todos os estados do país, graças ao convênio com a Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD.

A implementação da TC num Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, do município de Barbalha-CE, teve por objetivo estabelecer uma conexão entre o serviço prestado pelo CAPS, a gestão municipal de saúde e o ensino da disciplina *Saúde Comunitária*, ministrada no quarto semestre do curso do Medicina da UFC.

[1] O MISMEC é um programa de atenção à saúde que leva em conta os aspectos biológicos, psicológicos, inter-relacionais e ambientais, considerando as peculiaridades e os recursos da cultura local. É uma sociedade sem fins lucrativos, com estatuto social registrado no 3º R.P.J. de Fortaleza-Ce, em 08 de setembro de 1995 sob o Nº 112222. Presta à comunidade serviços de prevenção e práticas complementares de cura como terapia da auto-estima, massagens terapêuticas, fitoterapia e outras, além de atividades educativas e sociais como a escolinha alternativa e o grupo de teatro para crianças e adolescentes.

No sentido de contextualizar o processo de implantação na TC no CAPS de Barbalha, faremos uma retrospectiva histórica do processo da institucionalização da TC no Brasil até o momento atual.

Saúde Mental, Desigualdade e a Política do Cotidiano

Rousseau (1999), afirma que a relação de dominação de alguns segmentos sociais sobre os outros, é baseada na interpretação que o homem dá de si, em relação aos outros. Por esta ótica, Boneti (2006) argumenta que as relações estabelecidas na construção da vida material, promovem no plano subjetivo, no imaginário social a elaboração da noção de desigualdade. Segundo o autor, a partir das concepções que se constroem no imaginário, surge o *discurso da desigualdade*. Tal discurso é baseado na concepção de que os seres humanos devem ser colocados em categorias, a saber, os indivíduos ditos *superiores* dominando os outros, ditos *inferiores*.[2]

Estas categorias, assim estabelecidas no imaginário social, vão determinar que ambos, dominadores e dominados reconheçam a relação de desigualdade como natural e tendam a reproduzi-la. E, a partir daí, passam a reconhecer um *locus* de poder, uma posição *central*, onde devem situar-se os segmentos dominantes que compõem, a *elite da sociedade* e, uma zona de *periferia*, para aqueles cujo destino está submetido aos valores da elite.

Pensamento semelhante é o de Rancière (in Feltran, 2005: 106) quando se refere à ausência de direitos, à *privação* sofrida por aqueles que estão distantes do centro de poder, do acesso aos bens e serviços, ao conforto, bem-estar e também ao conhecimento. Baseando-se nas idéias de Rancière(1996), Feltran (2005) afirma que todas *periferias*, embora sejam distintas entre si, guardam algumas características comuns. Elas têm, segundo o autor, um certo perfil de funcionamento e uma *política do cotidiano* (p.105) que determina os modos específicos das pessoas se socializarem.

Nas periferias, uma política cotidiana, construída no dia-a-dia, subsidia a elaboração de determinadas concepções de mundo, emergentes das situações vividas no contexto de necessidade e privação. A vivência de privações atravessa praticamente todas as experiências de vida das pessoas pertencentes às chamadas *classes populares*, submetidas à ausência quase total de direitos humanos. Feltran (2005, p.106) esclarece que não está considerando que todos os habitantes da periferia sejam "sofredores", ou que não haja formas diversas e criativas de superar parte das privações da vida dos setores populares. O autor afirma que o desemprego, a violência e a miséria se tornam *paisagem natural* (p.111), e essa aparente "naturalidade" contribui decisivamente para desarmar o campo da política, dos conflitos públicos e da busca por igualdade.

Rompendo com as definições tradicionais de política, Arendt (1987), situações de privação e violência impelem o homem a dois tipos de atitudes: uma voltada à preservação de sua vida, e outra ao despertar de uma segunda vida do homem, o *bios politikos*, de onde emanam sentimentos de coragem e amizade e que desperta o desejo de liberdade. E, a partir desse desejo de liberdade, o homem sente a necessidade da criação do "espaço político". Arendt (2001) propõe como referência o conceito de *espaço público*, para denominar aquele espaço que se cria no debate e no diálogo entre os homens, numa relação intersubjetiva.

Por esse prisma, Feltran (2005, p. 80) afirma que *ação e discurso fazem do homem um ser político - a*

palavra media a sua ação, que inicia um novo campo, político propriamente, ainda que o objeto do discurso seja algo proveniente do plano das necessidades . O autor analisa a importância dos movimentos sociais emergentes na periferia e sua relação com os centros de poder.

Nessa perspectiva, a TC, vem se constituindo como um destes espaços públicos, emergentes na década de 1980, sob forma de movimentos sociais. Segundo Feltran (2005:25), naquele período,

> A democracia entendida, assim, como o estabelecimento de uma cultura democrática, como a construção de uma sociedade igualitária, radicalizava a necessidade do reconhecimento do direito próprio e do direito do outro, o que necessariamente legitima a possibilidade de conflitos em espaços públicos, em campo democrático.

Segundo o autor, as discussões ampliadas a respeito dos movimentos sociais surgiu paralelamente à crise de paradigmas que, naquele momento, fazia emergir novos sujeitos sociais e políticos. No Brasil, a esquerda modifica suas pautas passando a manter-se "efetivamente mais atenta à criação e difusão de espaços, especialmente institucionais, que favorecessem a emergência dessa cultura democrática no tecido social". (FELTRAN, 2005:28).

Desta forma, apesar da tendência hegemônica das elites, um movimento contra-hegemônico se configura. Constituem-se movimentos considerados locais, mas com repercussão global como o MST no Brasil e movimentos globais como os movimentos Negro, Ecológico e Feminista. Ao longo de anos estes e outros novos movimentos sociais passam a ressaltar a preservação do que é diferente, singular, contrariando a lógica hegemônica.

O resgate da diferença, da subjetividade significa também o resgate da vida em comunidade e a busca de formas alternativas de enfrentamento das questões emergentes nas diferentes organizações da Sociedade Civil. Na percepção de Boneti (2006, p.60) "Estas ações de um lado e de outro, direta ou indiretamente atuam como agentes definidores de políticas públicas*"*. Nesse processo de luta contra-hegemônica, apresentam-se novos agentes, ou atores sociais, participando na elaboração e no estabelecimento de políticas públicas.

A Terapia Comunitária no Contexto dos Movimentos Sociais em Saúde no Brasil

Uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pela comunidade Quatro Varas, situada na periferia de Fortaleza, a partir dos anos oitenta, é importante para se compreender a forma como se deu o surgimento da TC, e como, a partir dela, foram se estabelecendo relações entre a comunidade e a conjuntura de saúde vigente, situando essa realidade num panorama maior de mudanças estruturais que se processavam nas sociedades, à medida que transcorria a segunda metade do século XX.

De forma geral, nas sociedades industrializadas ou em vias de industrialização, em decorrência das exigências da moderna economia emergente, instaurava-se uma dinâmica de movimento e transformação rápida baseada na competitividade pelo espaço social. Tal mudança provocava, dentre outros efeitos, o rompimento das ligações sociais, desencadeando um progressivo processo de exclusão. A compreensão do conceito de exclusão social, demanda um entendimento dinâmico e processual dos mecanismos que criam, preservam ou mesmo agravam a pobreza.

Para Castel(1995), o termo exclusão social é insuficiente para expressar a gravidade do fenômeno. Propõe a noção de "desfiliação social" em substituição ao termo "exclusa"o, pois, para ele, os excluídos se tornam inválidos para a re-inclusão social. Defende ainda que o conceito de exclusão é inseparável do de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais como o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à proteção em situações de risco.

Segundo Ramonet (2001), muitos "excluídos" estão, na verdade, inseridos em uma modalidade de guerra diferente da convencional entre países, ou de uma guerra civil tradicional. O autor define exclusão como "guerra social". Nessa ótica, a situação de violência e fome vivida nas periferias seria aproximada à do estado de guerra. Freitas (2003) evidencia como fator agravante, a ausência de Estado no atendimento a esta população que, quando presta serviços o faz de maneira extremamente precária.

A Comunidade Quatro Varas, entre 1986 e 1987, vivia situação semelhante: ausência de escolas, falta de oportunidades de trabalho, assistência médica e apoio social. Somado a isso, o preconceito de que seus habitantes eram alvo, os numerosos casos de violência, o grande índice de alcoolismo e as drogas faziam da comunidade Quatro Varas o palco de vivências tão dramáticas que chegavam, por vezes, a gerar distúrbios psíquicos com crises de agressividade, depressões e até quadros psicóticos.

A igreja realizava no local um trabalho comunitário, através do advogado Airton que iniciava a organização de um movimento social, que se filiou ao Movimento Emaús, hoje presente em mais de 40 países. Airton reunindo pessoas para informar e orientar sobre assuntos jurídicos encontrava diversos casos de violência doméstica, alcoolismo, uso de drogas e outras demandas que exigiam uma abordagem muito mais que jurídica, psicossocial.

Resolveu, então, encaminhar alguns casos ao ambulatório de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Ceará, coordenado pelo Prof. Adalberto Barreto, seu irmão, psiquiatra, recém-chegado da França. E, pouco a pouco, esse sistema informal de conseguir consultas foi se divulgando entre os moradores mais próximos e, depois, pelos arredores da comunidade.

O progressivo aumento dos encaminhamentos, fazia "inchar" o ambulatório de Psiquiatria da UFC, de forma que o Dr. Adalberto decidiu deslocar o atendimento e atender em grupo, na própria comunidade, com a participação também dos alunos do curso de Medicina.

A primeira sessão reuniu 36 pessoas, sob a sombra daquele cajueiro que também abrigava as pessoas durante as reuniões da associação de defesa dos direitos humanos. E foi dessa forma que surgiu a TC.

A Terapia Comunitária no CAPS de Barbalha-CE

A proposta de descentralização das Ações em Saúde no Brasil, trazida através da criação do Sistema único de Saúde - SUS e do Programa de Saúde da Família- PSF, em todo o país, a partir de 1988, com objetivo de tornar o sistema mais adequado à realidade de cada comunidade, proporcionou mudanças em vários níveis, inclusive no campo da Saúde Mental.

No plano político, por exemplo, após uma luta de vários anos pela reforma psiquiátrica, tivemos no Senado Federal, a aprovação do projeto de lei No 3.657, de 1989, que inicia a desativação dos complexos manicomiais, substituindo-os por serviços abertos e centros de convivência, com terapêutica multidisciplinar.

No Ceará, a Reforma Psiquiátrica, com o respaldo da lei estadual de 29 de julho de 1993, levou à implantação de vários Centros de Atenção Psicossocial na capital Fortaleza e em diversas cidades do interior. A cidade de Barbalha, local onde se situa a Faculdade de Medicina do Cariri, possui um Centro de Atenção Psicossocial que atende a uma diversificada demanda da população.

O curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará, na cidade de Barbalha, já foi inaugurada em 2001, dentro da realidade de um novo currículo (Projeto Pedagógico do Curso de Medicina: Um novo currículo- Pró Reitoria de Graduação-2001

Esta proposta curricular é desenvolvida com base na aprendizagem baseada em problemas – PBL, sendo completamente voltada para a relação teoria/prática.

A metodologia inovadora começou a revelar as dificuldades que se apresentavam quando se buscava encontrar cenários de prática diversificados num contexto de cidade de interior. Uma destas dificuldades, enfrentei de perto quando tentei aplicar na disciplina de psicopatologia os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, nos moldes do novo currículo. Não havia cenários de prática no município, exceto o Centro de Atenção Psicossocial-CAPS, cujas atividades terapêuticas se plasmavam ainda sob a égide do modelo biomédico tradicional.

A participação no curso de Ativadores de Mudanças, impulsionou a implementação, no CAPS de Barbalha, da experiência da Terapia Comunitária. Despertando para a importância e necessidade de articular os eixos Ensino/Serviço/Gestão, foi feito o contato com a Secretaria de Saúde do Município de Barbalha, que, abraçou a iniciativa, incentivando a parceria entre o Serviço do CAPS e a UFC. Graças a este incentivo, realizamos um curso de co-terapeutas para os técnicos do CAPS.

Em seguida, outros atores foram incentivados a fazer uma formação para Terapeutas Comunitários, em Fortaleza, na Sede do Projeto Quatro Varas. Foi organizado um grupo de estudos sobre as bases teórico/práticas da TC e deste grupo surgiu a idéia da criação de um Projeto de Extensão.

Professores e alunos foram convidados a elaboração do Projeto, que teve como proposta a formalização e o fortalecimento da Terapia Comunitária no espaço do CAPS, como alternativa terapêutica para os pacientes ambulatoriais, não intensivos, e também como cenário de prática para os alunos das disciplinas de Psicopatologia e Saúde Comunitária, a exemplo do que ocorre entre a UFC e a Comunidade Quatro Varas, em Fortaleza.

A partir daí, alunos bolsistas de dois projetos de iniciação à pesquisa foram envolvidos, resultando em algumas publicações. O primeiro, intitulado: *Impacto da terapia comunitária no Caps de Barbalha –Ce*. Os projetos tiveram como objetivos investigar: a) Que novas relações de sentido teriam surgido, entre a UFC, o CAPS e a comunidade de Barbalha a partir do surgimento da TC naquele contexto; b) Qual o impacto da TC entre os pacientes e seus familiares, técnicos da equipe do CAPS e comunidade; c) Até que ponto a metodologia utilizada nas sessões favoreciam a aquisição e o aprimoramento de competências sociais por parte dos usuários do CAPS-Barbalha.

E o segundo, intitulado: *Terapia Comunitária: Uma Nova Proposta de Atenção à Saúde Mental* preocupou-se com a influência da Terapia Comunitária no tratamento e prognóstico dos pacientes ambulatoriais e semi-intensivos do CAPS de Barbalha e teve como objetivos: a)Verificar se a participação sistemática na Terapia Comunitária favorecia a melhora psico-social dos pacientes; b) Investigar se há redução do uso de psico-fármacos e da necessidade de atendimento médico-psiquiátrico para estes pacientes.

Terapia Comunitária: Metodologia inovadora no tratamento da doença mental e da dor emocional

Nesta forma de terapia, a cada sessão, um problema trazido por um indivíduo ou família em crise é analisado com objetivo de despertar, através da reflexão em grupo, a busca da superação do sofrimento e a emergência de estratégias que surgem do relato dos participantes, por meio de suas próprias vivências pessoais. Desta forma, ocorre o redimensionamento do processo de adoecer e a apropriação de recursos para enfrentá-lo.

Na cidade de Barbalha, a TC aconteceu na sede do CAPS, semanalmente. Dela participaram médicos, estudantes de Medicina, técnicos e pacientes do CAPS e seus familiares, pessoas da comunidade, convidados, dentre outros. A diversidade proporciona uma intensa troca de experiências e saberes. Através da freqüência sistemática, o participante vai se capacitando para também auxiliar outras pessoas.

O Projeto de Extensão visava também ampliar este atendimento e também levar a TC a outros espaços como igrejas, escolas e centros sociais.

Conclusão

O símbolo da terapia é a teia de aranha. Segundo Barreto (2005), na tradição dos índios Tremembés (Antigos habitantes do nordeste brasileiro, cultuam uma dança chamada *torém*, através da qual invocam e imitam os animais, com os quais, no passado, aprenderam uma lição, e, dentre estes, se encontra a simbologia da aranha. Barreto (2005: 37).

O índio sem a terra é como a aranha sem a teia e, na terapia, a aranha sem a teia significa o indivíduo isolado de sua comunidade. Nessa ótica a comunidade se constitui de um sistema de relações, uma espécie de teia, com seus próprios mecanismos reguladores de conflitos. Concebida como espaço para a troca de experiências, a terapia seria um destes recursos inseridos na comunidade, auxiliando na construção e re-construção dos vínculos.

Finalmente, essa experiência de instalar a TC no CAPS, constituiu uma oportunidade de aprendizagem coletiva, uma abertura ao diálogo, nos moldes da pedagogia de Paulo Freire (1985, 1987, 1995, 1997), uma vez que, trabalhando as questões pertinentes ao processo saúde-doença através da interação entre os saberes acadêmico e popular, favoreceu a inserção social e buscou despertar no sujeito sua cidadania.

Nesse sentido, essa experiência suscitou os seguintes questionamentos: seria a TC uma proposta contra-hegemônica que amplia as possibilidades de ação em saúde, para além do modelo biomédico? Nesse caso, como pode ser analisada a forma como ela vem se institucionalizando, inclusive como Política Pública, em parceria com a SENAD? A participação da terapia comunitária no contexto da Atenção Básica à Saúde traz uma nova interpretação e um novo entendimento sobre a elaboração, gestão e o caráter das políticas públicas, antes provenientes apenas das classes dominantes?

A partir das experiências na terapia comunitária, que novas estratégias individuais e/ou grupais seriam encontradas para o enfrentamento do estresse gerado em situações de exclusão social?

Referências

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios** 10ª ed. S.Paulo:Companhia das Letras, 2007.
_____Entre o passado e o futuro. S.Paulo: Perspectiva, 2001.
BARRETO, A. **Terapia Comunitária Passo a Passo.** Fortaleza, Gráfica LCR,2005.
BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro** Ijuí: Ed. Unijuí, 2006
CASTEL, R. **Les méthamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat**. Paris: Fayard, 1995.
FELTRAN, G.S. **Desvelar a Política na Periferia. Histórias de Movimentos Sociais em S. Paulo. S.Paulo, Humanitas,** 2005.
FREIRE, P. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
_____Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.
_____Pedagogia: diálogo e conflito. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
_____Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
FREITAS M. **Agonia da fome.** Fiocruz - EDUFBA, Rio de Janeiro-Salvador. 2003**.**
RAMONET, I**. Guerre sociale**. In **Le Monde Diplomatique**. novembre.1. 2001
RANCIÈRE, J. **O desentedimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. In Rousseau. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.
VASCONCELOS, E.M.A. **Educação Popular e a Atenção e A Atenção à Saúde da Família**, 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

●

Sobre os autores:

(1) Francinete Alves de Oliveira Giffoni é Médico Pediatra, Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC, onde também é docente adjunta.
E-mail: francinetealves@gmail.com

(3) Gislene Farias de Oliveira é Psicóloga, Doutora em Psicologia Social e Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC.
E-mail: gislenefo@hotmail.com

Como citar este artigo (Formato ISO):

GIFFONI, F.A.O., OLIVEIRA, G.F. Terapia Comunitária como experiência de integração Ensino-Serviço-Gestão. **Id on Line Revista de Psicologia.** Fevereiro de 2011, vol.1, no.13, p.70-76. ISSN 1981-1189.